

Nº 10  
No mesmo dia em que foi promulgada, a nova Constituição brasileira provocou reverberações nos estados, que mobilizam os secretários de Fazenda para influírem no Orçamento Geral da União, que deve ser votado até 15 de dezembro.

Antes da atual Constituição, os Orçamentos passavam pelo Congresso, mas eram o reflexo da vontade do Executivo. A Nova República herdou da antiga um sistema de centralização de receitas nos cofres da União, com escassa possibilidade deixada aos parlamentares para influir nas dotações orçamentárias.

As regras do jogo, no modelo antigo, levavam os secretários de Fazenda em romaria ao presidente da República ou ao ministro da Fazenda, e nesses périplos negociavam-se interesses políticos fisiológicos.

Pelas novas regras, a maioria parlamentar terá a responsabilidade de aprovar um Orçamento que amarra o Executivo, separando claramente o orçamento fiscal dos orçamentos das empresas estatais e da previdência. Mais que isso, o Congresso poderá modificar a proposta recebida, o que implica dividir a responsabilidade pela sua autoria. Quem cria despesa tem que pensar na receita para pagá-la. É princípio universal.

O novo Orçamento pode, portanto, ser uma peça de contenção e austeridade, ou se transformar em instrumento de aumento de gastos e, portanto, ferramenta inflacionária. O primeiro teste do Congresso ocorrerá nos próximos dias, a partir das pressões que os secretários de Fazenda dos estados vão fazer para reduzir seus encargos com a dívida externa, sua ou dos municípios, coberta por avais da União.

São Paulo é o maior interessado, pois abocanhou o equivalente a mais da metade do total da dívida dos estados, e a recente reunião dos secretários de Fazenda deixou isso claro. O ICM continua iníquo, pois representa um imposto de exportação do mais rico sobre os mais pobres, e a unanimidade dos interesses dos governadores é difícil de obter nessas circunstâncias.

Nesse cenário, os secretários de Fazenda unem-se em torno do que é menos controverso, isto é, das propostas que podem reduzir seus passivos, aumentando os encargos da União.

É nesse ponto que se irá testar a nova responsabilidade dos partidos políticos, pois o Orçamento de 1989 é crucial para o controle da inflação. Um orçamento inflacionário significa dificuldades na cabeça do governo a ser eleito para o início da década de 90. Essas dificuldades serão certamente muito maiores que as herdadas por Tancredo Neves, pelo presidente José Sarney e a Nova República. No colo do deputado Ulysses Guimarães é que os secretários de Fazenda irão depositar suas faturas, pedindo-lhe para passar adiante a promissória de suas dívidas, pendurando-a em algum cabide mágico, não se sabe qual.

O desastre da moratória na dívida externa deveria ter servido de lição para se evitar a tentação da moratória interna, que seria, na prática, o resultado de uma recusa dos tesouros estaduais em arcar com suas responsabilidades. O pleno retorno à democracia não se mede somente pela euforia nas ruas, com direitos conquistados ou reconquistados pelos indivíduos e a sociedade. A hora de pagar a conta é a verdadeira hora da verdade.